

# A liberdade abriu as asas



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da  
Academia Brasileira de Letras

Nessas comemorações dos 40 anos da democracia no Brasil, devemos fazer algumas reflexões. Otávio Mangabeira dizia que a democracia é uma plantinha tenra que necessita ser irrigada e vigiada todos os dias. Já nós, ao tempo da União Democrática Nacional (UDN), no combate à ditadura Vargas, tínhamos como lema que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

Assim, quando todos nós, em uníssono, no país inteiro, comemoramos a liberdade que conseguimos implantar, devemos ter em mira que ela necessita de ser vigiada, adubada, protegida, até que se torne uma consciência individual, de cada cidadão de nosso país, sabendo que goza dos direitos que tem por causa do regime democrático.

Se não fosse a transição democrática, o operário Lula da Silva não teria sido jamais presidente do Brasil. Ele o foi, e é, graças ao regime democrático. E a ele devemos um governo dos trabalhadores de grandes avanços.

Assim como tenho a alegria de ver a democracia reconhecida e proclamada neste mês, tenho a responsabilidade também

pessoal de defendê-la. Repito uma vez mais: em minhas mãos, o Brasil passou de um estado de exceção para um Estado Democrático de Direito. Uma transição pacífica.

O Brasil tem uma longa tradição de crises. Testemunhei muitas delas, estudei com atenção as outras. A maior parte foram crises que não envolviam as instituições. Mas algumas as envolviam, e o Brasil pagou caro por elas.

Alto foi o preço da crise de 1823, que fechou a nossa primeira Constituinte — ao afastar José Bonifácio, o novo país recusou solução para os problemas da escravidão, da reforma agrária, da questão indígena, da educação. Alto foi o preço de 1831, pago durante as regências. Alto foi o preço de não se ter feito a abolição com a incorporação dos escravos e seus descendentes à sociedade — ainda o estamos pagando. Alto foi o preço de termos feito a República por um golpe militar e a mantermos pela fraude eleitoral por quase 40 anos. Alto foi o preço do golpe de 1930, que nos levou a 15 anos de um projeto pessoal. Alto foi o preço da crise de 1961, que nos afastou do parlamentarismo ao usá-lo para tolher o mandato do presidente da República. Alto foi o preço de 1964, com 20 anos de regime militar.

Fui o presidente, repito, que conduziu a transição para a democracia. E ela se realizou completamente com a votação da Constituição de 1988 — e fui o primeiro a jurá-la.

Tenho a convicção de que nossas instituições estão fortes e capazes de enfrentar

qualquer ataque, como já o fez, por duas vezes, com os dois impeachments que tivemos; e de superar os acontecimentos de 8 de Janeiro, que não se completaram graças à atuação das Forças Armadas, que repeliram esses fatos, numa demonstração de que as Forças voltaram aos quartéis e estão a serviço da pátria, para manter o regime democrático dentro da lei e da ordem, na forma da Constituição, que é guardada, em um dos seus dispositivos principais, pela Justiça, sob a égide do Supremo Tribunal Federal.

Sem instituições fortes, não há democracia forte. E sem parlamento, não há democracia, que, ao representar o povo, talvez seja o coração dela.

Portanto, devem fazer parte dos nossos compromissos a comemoração do regime de que desfrutamos e o juramento de defender a liberdade com eterna vigilância, sem jamais permitir qualquer ofensa; em caso de ataque, que seja repellido com força e caráter por todos nós.

Tancredo morreu pela liberdade e, em sua memória, renovamos o compromisso de dedicar nossas vidas à sua defesa: a democracia chegou, e é irreversível.

Democracia é liberdade. E esta tem um poder criativo capaz de se estender por uma grande capilaridade a toda a sociedade, que desfruta de direitos e deveres como cidadão habitante de um país em que se vive em absoluto Estado de Direito.

A Transição trouxe a liberdade. E a liberdade abriu as asas sobre nós.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



## O fantástico mundo de plástico

Como dizia o filósofo de Mondubim: o progresso é o avanço da poeira. No caso atual, onde o plástico já é dado como o maior problema mundial do meio ambiente, poderíamos parafrasear essa afirmativa dizendo: o progresso é o avanço do plástico. Não restam dúvidas de que esse material, criado por volta de 1930 de um subproduto do petróleo, tornou-se um perigo ao colocar em risco todo o ecossistema do planeta, poluindo e destruindo a atmosfera, os rios, os mares, o solo, os animais e o próprio homem. Vivemos literalmente imersos na era do plástico, a tal ponto que encontrar hoje um substituto para esse material nos parece quase impossível.

O fato é que, a cada ano, mais de 13 milhões de toneladas de plásticos acabam indo para os oceanos. A situação é de calamidade e pode ser conferida a olho nu por qualquer pessoa. Existe uma enorme ilha, três vezes maior do que o território da França, que flutua entre a Califórnia e o Havaí, é formada com mais de 1,8 trilhão de pedaços de plástico e pode ser vista do espaço. É o símbolo de um modelo de progresso a apontar para a destruição do planeta. O mais preocupante é que essa ilha com mais de 1,6 milhão de quilômetros quadrados e 80 mil toneladas de plástico não para de crescer. Os ambientalistas já advertiram que, em breve, cada centímetro quadrado de todas as praias do mundo será invadido por plásticos.

Charles Moore foi o primeiro que fez soar o alarme. O capitão e oceanógrafo norte-americano ficou horrorizado quando em 1997, voltando com seu veleiro de uma famosa regata náutica, se depaurou com um verdadeiro mar de plástico, tão extenso que precisou de sete dias inteiros para atravessá-lo por completo, diz o relato do próprio Moore. Aos poucos, a situação de poluição causada pelo uso do plástico vai escalando para um patamar de extremo alarme.

Hoje, a maioria dos animais marinhos já apresenta, em seus organismos, quantidades preocupantes de plásticos e microplásticos, dissolvidos por todo o corpo. Também nos seres humanos já é possível encontrar quantidades preocupantes de microplásticos dissolvidos por todo o corpo. Cientistas têm alertado que essa situação chegou, inclusive, à atmosfera. Além da chamada chuva ácida, os pesquisadores identificam que em gotas de chuva é comum encontrar também a contaminação por microplásticos. Esse material se infiltra no solo, contaminando a terra e atingindo os lençóis freáticos. Ao contrário da chuva ácida, que pode ser mitigada com a redução nas emissões de SO<sub>2</sub> e NO<sub>x</sub>, os microplásticos são extremamente difíceis de serem eliminados.

O perigo é que eles podem ser não apenas ingeridos, como inalados, se acumulando em regiões sensíveis do corpo humano, como o pulmão e o cérebro, afetando, inclusive, a placenta de bebês em desenvolvimento. Os impactos na saúde humana e dos animais e plantas são inúmeros e ainda difíceis de serem avaliados em sua extensão, provocando desde inflamações recorrentes a estresse celular e interferência no sistema endócrino. O pior é que as correntes marítimas e atmosféricas ajudam a espalhar o microplástico por todo o planeta, inclusive pelos polos Norte e Sul.

Até 1970, a produção de plástico se manteve relativamente dentro dos parâmetros. A partir daquela data, a produção explodiu e continua a crescer de forma exponencial por vários motivos. Alguns pesquisadores alertam que, se a produção mundial de plásticos continuar a crescer no mesmo ritmo, em 2050, teremos acumulado em todo o planeta, na forma de microplástico, mais de 1,1 bilhão de toneladas desse produto. Atualmente, estima-se que mais de 430 milhões de toneladas são produzidas. É uma produção que daria para envolver parte do planeta numa película plástica. E pensar que a maioria dos resíduos plásticos leva mais de 400 anos para se decompor na natureza.

Nosso país produz cerca de 11 milhões de toneladas de plásticos por ano, sendo o quarto maior produtor mundial. Isso nos colocaria, pelo menos, em quarto lugar com relação à responsabilidade desse problema, que é de todos. Não se conhece por parte das autoridades do governo e da iniciativa privada medidas eficazes para resolver esse que é também um dos maiores problemas de nosso tempo a exigir medidas sérias e urgentes.



## Estão brincando com fogo!



» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

Há exatamente uma semana, após três meses de atraso, a Lei Orçamentária Anual da União foi aprovada. E assim que o presidente retornar da missão ao Japão deverá ser sancionada. O valor global é R\$ 5,9 trilhões, mas vale a pena analisarmos alguns grandes números para podermos identificar uma série de elementos que merecem a nossa atenção como cidadãos.

A começar pelo financiamento da dívida pública que consome quase um terço do total, o equivalente a R\$ 1,7 trilhão. E se ao longo do ano o Banco Central, para conter a inflação, for obrigado a continuar elevando as taxas de juros, esse valor vai aumentar ainda mais. No Legislativo, quase R\$ 8,6 bilhões estão reservados para a Câmara dos Deputados e R\$ 6,3 bilhões, para o Senado Federal.

Porém, o que chama a atenção é o volume, medido em bilhões de reais, dedicado ao Poder Judiciário: 0,95 para o Supremo Tribunal Federal (STF); 2,2 para o Superior Tribunal de Justiça (STJ); 17,2 para a Justiça Federal; 0,8 para a Justiça Militar da União; 11,3 para a Justiça Eleitoral; 30,4 para a Justiça do Trabalho; 4,1 para a Justiça do Distrito Federal e Territórios; e 0,3 para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quando somados, chegamos a R\$ 64,25 bilhões, mais que o quádruplo do orçamento do Poder Legislativo! E o número é ainda maior se acrescentarmos os orçamentos dos Tribunais de Justiça estaduais.

Para agravar a situação, diferentemente do Executivo e do Legislativo, a sociedade não tem possibilidade de exercer o controle social sobre o Poder Judiciário. Trata-se de uma verdadeira caixa preta! Graças ao papel da imprensa livre, sabemos que parte significativa desse valor está associada ao pagamento dos chamados “penduricalhos”, artifício utilizado para burlar, com uma frequência imoral, o teto constitucional.

Na linha dos “abusos legais”, a mídia trouxe a nosso conhecimento que, no ano de 2024, com base em dados de contracheques disponíveis no sistema do CNJ, juízes e desembargadores de Tribunais Estaduais, Federais, Eleitorais, do Trabalho e de Conselhos receberam remuneração bruta mensal acima de R\$ 100 mil em mais de 63 mil ocasiões.

É importante destacar que o CNJ, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal, tem como principal atribuição “o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes”.

Pois nesses 20 anos de existência, o que temos visto é uma ação comandada pelo corporativismo, em que “ninguém larga a mão de ninguém”. Um exemplo recente foi a decisão do órgão relativa aos pagamentos retroativos reivindicados pelo TJ do estado de Sergipe, a título de adicional por tempo de serviço. No lugar de simplesmente impedir tal imoralidade, o ministro Corregedor do CNJ adotou a seguinte solução: pode-se pagar desde que não ultrapasse o valor mensal de R\$ 46 mil. Ou seja, esse valor será adicionado ao salário mensal até a quitação do passivo.

A verdade é que, lamentavelmente, o

corporativismo tomou conta de todas as instâncias do Judiciário. Recentemente, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, afirmou que muitas das críticas aos gastos do Judiciário são “injustas”, argumentando que parte dos adicionais salariais recebidos por magistrados tem respaldo legal e se justifica pelo volume de processos. A esses absurdos devem ser acrescentados os convêscotes promovidos, no Brasil e no exterior, em que ministros do STF e do STJ confraternizam alegremente com pessoas com processos judiciais em andamento naquelas Cortes.

Uma exceção nesse cenário foi a declaração do ministro Flávio Dino, no último dia 18, durante julgamento na Primeira Turma do STF sobre o caso de um desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Pará. Na ocasião, ele afirmou: “Vemos uma criatividade administrativa, sobretudo em temas remuneratórios, que é algo que constrange o Judiciário”. E completou dizendo que “há saltos ornamentais em outras carreiras jurídicas, em termos de remuneração”.

Tudo isso acaba por atrair o apoio de uma parcela cada vez maior da população aos movimentos de lideranças que, sem qualquer compromisso com as instituições republicanas e democráticas, utilizam essas práticas deletérias para atacar, de forma sistemática e articulada, o Poder Judiciário, tendo como “cereja do bolo” a defesa do fechamento do STF.

Em uma conjuntura marcada pela polarização política calcificada, cabe às lideranças do Judiciário mudar radicalmente seu comportamento. Caso contrário, poderemos assistir, em um futuro próximo, a um desfecho nada alentador para a democracia em nosso país.

### » A frase que foi pronunciada

Durante a maior parte da história, o homem teve que lutar contra a natureza para sobreviver; neste século, ele está começando a perceber que, para sobreviver, ele deve protegê-la.”

Jacques Cousteau

### Zen

» Teste sua paciência entrando no portal que dá acesso aos ingressos para fazer parte da audiência dos concertos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro. A mídia não é amigável. Mas depois da vitória, ao chegar no momento de adquirir o ingresso, no lugar da emoção, a surpresa. Esgotado.

### Fome de cultura

» Brasília tem um público enorme ávido pelos concertos regidos por Cláudio Cohen e convidados. A sugestão dos apreciadores da boa música é que a orquestra se apresente mais vezes no teatro.

### Baldes no chão

» Vale uma visita ao *Blog do Ari Cunha* para ver a situação da sala Martins Penna quando chove. Inacreditável que nossos impostos não tenham sido suficientes para um bom trabalho.

### História de Brasília

Em Itabira, Minas Gerais, há um barbeiro que cobra cem cruzeiros pelo corte de cabelo para o público comum, mas cobra 150 para os funcionários da Vale do Rio Doce. (Publicada em 27/4/1962)